

AO JUÍZO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXX.

Fulana de tal, brasileira, solteira, aposentada, filha de fulana de tal, RG nº xxxxxxxx - SSP/DF e CPF nº xxxxxxxx, residente e domiciliada na xxx, Chácara xx, Lote xx, Apartamento xx, , XXXX, CEP: xxxxxx, telefone(s): (61) 9.xxxxxx, correio eletrônico: @gmail.com, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XX**, propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZATÓRIA  
(com Tutela Provisória)**

em face da **fulana de tal**, localizada na Av. - Lts. 13/21 -, CEP: xxxxxxxxxxxx, xxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, telefone: (61) xxxxxxxx, de **fulana de tal**, brasileira, casada, bancária, RG Nº xxxxx SSP/DF e CPF Nº xxxxxxxxxxxx, e de **fulana de tal**, brasileiro, casado, brigadista, RG Nº xxxxxxxx SSP/DF e CPF Nº xxxxxx, os dois últimos residentes e domiciliados na QNP xx, Conjunto x, Lote xx, -DF, CEP: xxxxxxxxxxxx, demais dados desconhecidos, com suporte nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**I - DOS FATOS**

Em xx/xx/xxxx a autora realizou o negócio jurídico de cessão de direitos do imóvel localizado na **Quadra QNP xx, Conjunto x, Lote xx, - DF, CEP: xxxxx** (em anexo, instrumento particular de cessão de direitos). O imóvel foi cedido para fulana de tal.

Anos depois, a Requerente, ao tentar realizar uma compra a prazo, em mês xxxx, foi informada que o seu nome continha restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito. Ao pesquisar pela internet, constatou que a tinha protestado títulos (faturas vencidas) em seu nome. Pelo fato de ter o seu nome negativado a requerida teve diversos constrangimentos.

Ao procurar o cartório) foi cientificada dos débitos junto a. OS Débitos são relativos aos meses de **mês** e de **mês xxxx** no valor nominal de R\$ x.xxx,xx e atualizado, em xx/xx/xxxx, na importância de R\$ x.xxx,xx.

Ao procurar o fulano com quem ela tinha negociado o imóvel, foi informada por ele que o imóvel não pertencia mais a ele, pois tinha sido vendido em mês de xxxxx para o casal fulana de tal e fulana de tal (segundo e terceiro réus). Assim, verifica-se que todos os débitos passaram a existir a partir da compra do imóvel pelos dois últimos réus em mês xxxx.(doc. Anexo- Certidão de ônus do imóvel)

Nesse sentido, por diversas vezes a requerente tentou contato com os Requeridos (fulana e fulano), sem obter êxito, para que resolvessem a situação, pois ela não possuía mais nenhuma relação com o imóvel em questão, conforme procuração e cessão de direitos e certidão de ônus anexos.

Diante dos fatos acima expostos, a Requerente busca a tutela jurisdicional objetivando a transferência da responsabilidade dos tributos para os Requeridos ou que eles pagam as devidas faturas da.

## **II - DO DIREITO**

### **DA IMPUTAÇÃO DAS DÍVIDAS À REQUERENTE.**

No período em questão, mês xxxx e de mês xxxx, o imóvel não mais pertencia à Requerente, pois a autora já havia repassado todos dos direitos do imóvel, ainda em xxx, para fulano, que repassou o imóvel para os réus fulano de tal e fulano em mês de xxxx. Por tanto, nas datas citadas das dívidas de xxxx, xxxx e xxxx, o imóvel já pertencia ao segundo e ao terceiro réus.

Os usuários dos serviços oferecidos pela primeira ré devem ser cobrados pelo consumo em questão, não a autora, que não é mais proprietária (nem possuidora) do imóvel desde mês de xxx.

Portanto, diante de todo o exposto, resta inequívoca a ausência de responsabilidade da Requerente, após a transferência dos direitos e obrigações do imóvel aos Requeridos.

### **DA MÁ-FÉ DOS ADQUIRENTES DO IMÓVEL, ORA RÉUS**

Os réus fulano e fulano passaram a ter a posse do imóvel, consumindo e não pagando as contas de água da Caesb. Ainda, em mês de xxxx, fulano transferiu para si a conta de água da residência, não quitando o consumo do casal até ali (em nome da autora). Agiram de má-fé para om a requerente, evidentemente.

Na elaboração de contratos sob a vigência do Código Civil, as partes devem guardar entre si a boa-fé objetiva para evitar que os envolvidos sofram prejuízos extraordinários, não decorrentes da avença firmada.

O art. 422, CC assim prevê:

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

### **DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.**

A requerente experimentou situação constrangedora e angustiante, tendo sua moral abalada face ao não cumprimento das obrigações de responsabilidade do segundo e terceiro Réu, tendo como consequência a

inclusão pela CAESB de seus nomes em cartório de protestos (doc. anexo).  
Como prevê a CF de 1988, no seu art. 5:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Sabe-se que, a responsabilidade civil possui como elementos essenciais para sua caracterização a conduta (ação ou omissão) de um sujeito ativo, o dano causado à vítima e nexo de causalidade. Nessa situação, é bastante clara a conduta dos dois últimos réus, que causaram diversos transtornos na vida pessoal e social da Autora. Ademais, não parecem preocupados com o dano que causaram, acreditando que não serão nunca responsabilizados pelo dano causado.

O nexo entre a conduta e resultado danoso está plenamente configurado nos fatos da presente inicial. Dessa forma, tais condutas causam sem dúvida dano à imagem, à honra e ao cotidiano da requerente.

Ademais, trata-se de um dano presumido, dano moral *in re ipsa*, não necessitando de prova, já que é notório.

Dadas essas considerações e em face do grau de culpabilidade da parte ré, da capacidade econômica das partes, crê-se, em critérios

pautados na proporcionalidade e na razoabilidade, que o *quantum* a título de indenização por danos morais deva ser fixado em R\$ x.xxx,xx (cinco mil reais).

## **DA TUTELA DE URGÊNCIA**

Evidencia-se, *in casu*, a necessidade de concessão de tutela de urgência, a fim de determinar a suspensão da exigibilidade das faturas constantes no nome da Autora, referentes aos meses de mês e mês/xxxx, e do período de mês xxxx até mês de xxxx, junto a

Assim, a urgência do caso e a importância dos bens jurídicos envolvidos tornam premente a tutela de urgência, com fundamento no art. 300 do Código de Processo Civil, que ampara a medida provisória quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A probabilidade do direito está demonstrada em face dos documentos que transfere as obrigações para o sr. fulano e que posteriormente foram repassadas aos segundo e terceiro réu. Resta comprovado que no período das faturas imputadas a Requerente pela, ela não mais possuía qualquer responsabilidade pelo imóvel. Além disso, a Assistida foi penalizada pela mora de terceiros com inclusão do seu nome nos Cadastros de Devedores o que restringiu para ela a concessão de crédito no mercado.

Desse modo, presentes então os pressupostos do art. 300 do CPC, que ampara a concessão da tutela de urgência pleiteada a fim de evitar ainda mais o perecimento do direito da requerente.

Frisa-se, por fim, que tal medida não acarretará prejuízo ao ente Distrital, sendo reversível a qualquer tempo, posto que, à exigibilidade dos valores ora impugnados poderá ser restabelecida a qualquer momento.

## **III - DOS PEDIDOS.**

Diante do exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, por ser a parte Requerente economicamente hipossuficiente, nos termos da Lei nº 1.060/50 e do art. 98 da Lei 13.105/15;

- b) a concessão de tutela de urgência, para determinar que a parte Ré suspenda a cobrança das faturas referentes aos meses xx/xxxx, xx/xxxx e do período de xx/xxxx a xx/xxxx, constantes em nome da Requerente, até a ocorrência do trânsito em julgado;
- c) a citação para que os Requeridos compareçam à audiência de conciliação (art. 334 do CPC), observando-se que a autora concorda com a realização de tal audiência;
- d) Seja julgado procedente o pedido, para condenar a ré referentes aos meses xx/xxxx e xx/xxxx e do período de xx/xxxx a xx/xxxx para os dois últimos réus, totalizando, até o momento, no montante de **R\$ x.xxx,xx**, devendo levantar o protesto em nome da autora **no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R\$ XXXX,00;****
- e) **Subsidiariamente**, na remota hipótese do pedido principal não ser procedente, seja julgado procedente o pedido, condenando-se os réus fulano e fulano a quitar os débitos junto a acima detalhados no prazo de 5 dias, sob pena de arcarem com as perdas e danos no valor de **R\$ x.xxx,xx;**
- f) Sejam os réus fulana e fulana condenados a pagar, solidariamente, a título de danos morais, à requerente, o valor de R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxx);
- g) a condenação dos réus ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, a serem recolhidos, os últimos, em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), devendo o valor ser depositado no Banco de

Brasília S.A. – BRB, Código do Banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Protesta por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela **prova documental**, bem como pelo depoimento pessoal dos requeridos, sob pena de **confissão**.

Dá-se à causa o valor de R\$ xx.xxx,xx

Termos em que,

Pede Deferimento.

xxxxxx, xx de mês de xxxx.

---

Fulano de tal  
Autora

---

FULANO DE TAL

---

OAB/xx Nº